

O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DOCENTE NO BRASIL

Andreia Mendes dos Santos¹

Renata Santos da Silva²

RESUMO

O tema identidade tem sido um objeto de estudo amplamente discutido nas áreas das Ciências Humanas devido à importância que apresenta para a compreensão das pessoas e das suas relações com o mundo. No contexto profissional, a identidade é influenciada por uma série de variáveis como: status social da profissão, remuneração, formação, contexto histórico da profissão e mercado de trabalho. O presente artigo tem como objetivo propor uma análise dos aspectos que constituem historicamente a construção da identidade docente no Brasil. O estereótipo do trabalho por vocação, a massificação do ensino, a feminização da profissão e as condições de trabalho são elementos que influenciaram a forma como a categoria do magistério se constituiu ao longo dos anos. Tais fatores também nos remetem a considerar os discursos educacionais vinculados aos interesses políticos que regem a economia, modificando a prática docente, transformando a categoria do magistério em um espaço permeado por contradições e lutas. Nesse espaço, os docentes constroem e (re)constróem sua identidade profissional, muitas vezes, resistindo às atuais concepções sobre a educação básica. Os docentes, sem dúvida, são a chave mestra que move a engrenagem da educação no país. No entanto, os discursos historicamente produzidos acerca da escola e acerca da prática do magistério conduzem, baseado em Nóvoa, Enguita, Codo e Hypólito, para uma cultura profissional onde o docente perde seu status social, suas condições de trabalho e sua autonomia profissional.

Palavras chaves: Identidade profissional, Identidade docente, Contexto histórico.

1 INTRODUÇÃO

No contexto profissional, a identidade é influenciada por uma série de variáveis como: status social, remuneração, formação, contexto histórico e mercado de trabalho. O contexto profissional docente está devastado por uma série de dificuldades e conflitos. Atualmente, não se

¹ Professora Doutora no Programa de Pós- Graduação em Educação na Escola de Humanidades da PUCRS.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Educação na Escola de Humanidades da PUCRS.

pode deixar de pensar em soluções para a educação sem considerar a mola mestra que move toda essa engrenagem: o professor.

O processo de identidade profissional incorpora o *habitus*³ social; o status determinada a profissão dentro de um contexto histórico e social. *“Uma identidade profissional se constrói a partir da significação social da profissão, da revisão constante dos significados sociais da profissão, da revisão das tradições.”* (PIMENTA, 2000, p. 19).

A cultura profissional assenta um código interno, criado através da interação social entre todos os atores desse campo, permitindo desenvolver uma identidade própria do seu grupo. Essa afirmação leva a refletir que a identidade profissional se constrói também pela experiência, na interação no campo com outros profissionais. (SANTOS, 2015)

A formação da identidade profissional integra todas as identificações feitas sobre determinada profissão ao longo da vida. *“A formação da identidade ocupacional pertence a cada indivíduo inserido em sua história, e deverá continuar pertencendo, enquanto projeto de vida ou de futuro.”* (LEVENFUS, 1997, p. 122)

Conforme Garcia, Hypolito e Vieira (2005), entende-se por identidade profissional docente

As posições de sujeito que são atribuídas, por diferentes discursos e agentes sociais, aos professores e às professoras no exercício de suas funções em contextos laborais concretos. Refere-se ainda ao conjunto das representações colocadas em circulação pelos discursos relativos aos modos de ser e agir dos professores e professoras no exercício de suas funções em instituições educacionais, mais ou menos complexas e burocráticas. (p. 48).

Para Pimenta (1996) a identidade docente se constrói pelo significado que cada professor dá para a sua profissão, enquanto autor e ator, conferindo à atividade docente, no seu cotidiano, a partir de seus valores, de seu modo de situar-se no mundo, de sua história de vida, de suas representações, de seus saberes, de suas angústias e de seus anseios.

Akkari (2011) informa que mais de 60 milhões de professores são contabilizados no mundo. Isso demonstra a magnitude e a importância dessa classe de trabalhadores. O autor ainda analisa

³ Segundo o sociólogo Pierre Bourdieu, o *habitus* é um sistema aberto de disposições sociais e percepções que os indivíduos adquirem com as experiências sociais, possibilitando a compreensão de sua posição num determinado campo. É a ação que permite criar estratégias individuais e coletivas frente ao estilo de vida, julgamentos políticos, morais e de identidades.

em seu texto a importância dos docentes para efetivação das políticas educacionais. Em 2012, o Brasil possuía 2,3 milhões de professores na Educação Básica. Para refletir sobre a *Identidade Docente no Brasil*, propõe-se retomada histórica dos aspectos que influenciaram a construção dessa Identidade.

2 A ABERTURA DO EXERCÍCIO DA DOCÊNCIA PARA PROFESSORES LEIGOS

No século XVI, na Europa, teve início o processo de abertura das escolas elementares para as classes populares. O objetivo dessas escolas era o ensino da leitura de textos religiosos para a manutenção da influência da Igreja sobre a grande massa da população. Nessa época, as escolas normalmente funcionavam em igrejas ou conventos, e os docentes eram membros do clero. A atividade docente era tida como um sacerdócio, influenciada por razões religiosas, mantida através de práticas conservadoras e autoritárias.

Para escolarizar grande massa da população, foi necessária a abertura da docência para professores leigos visto que somente os membros do clero não dariam conta de tal tarefa. Entretanto, os professores leigos assim como os sacerdotes deveriam guiar suas práticas segundo concepções religiosas. *“Deveriam fazer previamente um juramento de fidelidade aos princípios da igreja.”* (KREUTZ, 1986, p. 13).

Apesar do caráter vocacional enfatizado pela igreja, a abertura da docência para leigos marca um deslocamento da atividade de ensino do sacerdócio. No século XIX com o desenvolvimento social e o processo de industrialização, com as mudanças políticas e o ideário liberal, houve a incorporação do Estado sobre os processos educacionais. A concepção liberal de educação se opõe à concepção difundida pela igreja, pois é baseada na laicidade no profissionalismo e no domínio do Estado sobre os processos educacionais. *“A concepção liberal atendeu a uma exigência do desenvolvimento da sociedade capitalista, urbana e industrial que demandava, de forma crescente, atendimento educacional elementar para parcelas cada vez maiores da população trabalhadora.”* (HYPÓLITO, 1997, p. 21).

Ainda no século XIX, foram criadas estratégias para construir o docente e sua identidade como funcionário público, cujas lealdades ao Estado e à moral eram características marcantes. “A

identidade profissional significava adesão a uma ética ditada pelo Estado, centrada no apelo à lealdade e à profissão” (Brito, 2009, p.85). A formação da categoria docente e a construção de sua identidade “ao longo do século XIX consolida uma imagem do professor, que cruza referências do magistério ao apostolado e ao sacerdócio com a humildade e a obediência devidas aos funcionários públicos”. (NÓVOA, 1995, p. 15).

A partir de então, a construção da identidade docente se mostrou cristalizada independente do momento histórico, tendo em vista que essa consolidação da imagem do professor foi conveniente à constituição de um sistema público de ensino baseado nos ideais liberais e laicos, influenciados pelo capitalismo que, baseado na ideia do sacerdócio, instaurou a profissionalização da atividade docente. Pode-se observar tais aspectos nos estudos de pesquisadores como ENGUITA (1991), NÓVOA (1995), CODO (1999), HYPÓLITO (1997), SCHEIBE (2008) e BRITO (2009).

Sobre a consolidação histórica da atividade docente no Brasil, Scheibe (2008) comenta que no final do império, a maioria das províncias não possuía mais do que uma escola normal pública. Com a independência e a formação da república se iniciou a necessidade de uma consolidação da identidade nacional, e a educação serviu como um meio para tal consolidação. Intensificou-se a discussão sobre a nação. Para construção da república brasileira, fez-se necessário instituir uma identidade nacional, e os processos educativos foram uma forma de atingir esse objetivo.

Assim sendo, no período republicano se iniciou o processo de instalação de escolas em todo território nacional e foram tomadas providências em relação à necessidade de formar mais professores. A expansão educativa teria que ser acompanhada pela incorporação massiva de trabalhadores. A partir da república, constatou-se uma representação valorizada do magistério visando a sua constituição como profissão. A profissionalização docente exercida como uma atividade principal marcou o momento em que a função docente deixou de ser assessória e passou a se constituir como uma atividade de investimento de um grupo, ao mesmo tempo em que passou a se tornar mais hierarquizada. e controlada pelo Estado. (BRITO, 2009).

Esse período histórico é de grande importância para a compreensão do funcionamento escolar, pois é nesse momento que o Estado começa a se implantar como organizador e controlador do sistema educacional; e muitas características de nossa escola atual começam a ser

delineadas (HYPÓLITO, 1997), marcando a situação docente como de trabalhador do ensino subserviente ao Estado que passa a regular, a manter e a promover o sistema de ensino e a formação docente.

As primeiras escolas normais que ficaram sob a responsabilidade das províncias visavam formar professores como peças fundamentais para expansão do ideário positivista que influenciava uma nova visão de mundo e uma forma de conduzir o país. Os docentes formados nas escolas normais atendiam a necessidade da expansão do ensino primário. Eram, de maneira geral, professoras que cunharam uma instituição nacional, a normalista. Com o diploma do normal, a formação da professora estava completa e acabada.

A professora normalista aponta um importante aspecto do contexto histórico do trabalho docente, onde se pode observar a incorporação massiva das mulheres a esse trabalho e sua relação com o processo de trabalho assalariado. Em 1935, a participação feminina já possuía destaque em alguns espaços, inclusive no magistério onde já era superior a 80% Hypólito (1997).

3 A CONSOLIDAÇÃO DA DOCÊNCIA COMO ESPAÇO FEMININO

Tal consolidação da docência como espaço profissional feminino articula questões culturais sobre o papel da mulher na sociedade da época. Nesse contexto, considerava-se que a atividade docente poderia ser mais bem desempenhada pelas mulheres por conta da identidade feminina vigente na época e também em torno do conceito de “mãe educadora”. Acreditava-se que os aspectos da atividade docente, como cuidado na educação de crianças, eram a extensão das atividades já realizadas pelas mulheres em seus lares. Batista e Codo (1999, p.64) enfatizam que *“assim, as brasileiras foram incorporadas à docência sobre a base e a articulação das concepções de feminilidade e atividade docente, o que punha em evidência as diferenças de gênero existentes na sociedade”*. As regras de conduta profissional cada vez mais atribuíam às professoras a tarefa de que elas precisariam ser um exemplo vivo das qualidades morais e cívicas. *“Sendo a professora a responsável por transmitir elementos de civilidade e moralidade aos seus alunos, sua conduta moral foi esquadrinhada e posta em parâmetros bem definidos.”* (MÜLLER, 1998, p.4).

É possível considerar que os primórdios de uma identidade docente no Brasil trazem bem definidas algumas representações sociais, entretanto, a professora primária ocupou espaços importantes graças à sua inserção profissional, pois ser professora nessa época era muito mais do que conquistar a possibilidade de uma renda certa e segura. O ingresso nos espaços do estudo e do trabalho docente possibilitava às moças transitarem sozinhas pela cidade. Contudo, adquirir um lugar no espaço público implicou se submeter a outros tipos de pressões culturais. (MÜLLER, 1998).

Sintetizando, pode-se considerar que a formação da identidade profissional dessas trabalhadoras se iniciou em um contexto bastante singular, onde se articulam a formação do Estado nacional, do sistema educativo nacional e da identidade nacional. Depois desse período de criação de um sistema educativo nacional, iniciou-se um período marcado pela expansão da escolarização.

Fontana (2010, p. 35) aponta que a identidade docente ainda hoje sofre as influências da crença de *“mãe cuidadora associada a concepções sobre profissão definidas como vocação, amor, abnegação, doação e missão numa prática impregnada da ideia de que para ser bom professor basta gostar de crianças (coisa tão natural à mulher)”*. Complementando tal ideia, Hypólito (1997) salienta que o ideário de vocação, entendido como sacerdócio, é anterior à feminização do magistério. Contudo, o magistério como profissão feminina é uma síntese mais acabada de todas essas relações, pois *“se constitui numa combinação entre vocação, ensino, maternidade e funções domésticas”* (p. 57).

Apesar do magistério se delinear como uma possibilidade profissional às mulheres brasileiras no início do século XX, os cargos administrativos e de liderança ainda eram exercidos por homens e, com o passar do tempo, a atividade docente ficou desinteressante para os homens visto a baixa remuneração. *“Os homens teriam atribuições que as mulheres não possuíam por serem chefes de família, responsáveis pelas obrigações do lar.”* A mulher professora não possuindo essas obrigações poderia receber um salário menor (HYPÓLITTO, 1997, p. 63).

No processo de incorporação das mulheres ao mercado de trabalho, foi reservado a elas empregos no setor de serviços e nos setores dos salários mais baixos. O ser professor não escapou dessa armadilha do capital. *“À medida que a profissão docente foi perdendo seu status em termos*

de prestígio e salário, foi sendo povoada pelas mulheres.” (PUCCI, OLIVEIRA; SGUISSARDI 1991, p. 63).

4 A EXPANSÃO EDUCATIVA E AS REFORMAS EDUCACIONAIS

A expansão educativa da metade do século XX foi acompanhada pela incorporação massiva das mulheres ao magistério por conta da identidade feminina vigente na época. *“Assim, as brasileiras foram incorporadas à docência sobre a base da articulação das concepções de feminidade e atividade docente, o que punha em evidencia as diferenças de gênero na sociedade.”* (CODD, 1999, p. 64).

As regras de conduta profissional atribuíam às professoras a tarefa de ser um exemplo vivo das qualidades morais e cívicas. Sendo a professora a responsável por transmitir elementos de civilidade e de moralidade aos seus alunos, sua conduta moral foi esquadrihada e posta em parâmetros bem definidos, aspecto que também lhe conferia certo status social.

Ainda nos anos 60, maior parte dos trabalhadores do ensino gozavam de uma relativa segurança material, de emprego estável e de certo prestígio social. É preciso considerar que as reformas educacionais da década de 60 ampliaram o acesso à escolaridade, assentando-se, segundo Oliveira (2008), no argumento da educação como meio mais seguro para a mobilidade social, individual ou de grupos. Observa-se que regidas pela necessidade de políticas de garantia de acessos aos bens públicos, tais reformas compreendiam a educação como estratégia para redução de desigualdades sociais.

Já a partir dos anos 70, a expansão das demandas da população por proteção social provocou o crescimento do funcionalismo e dos serviços públicos gratuitos, entre eles, a educação. Durante as décadas de 80 e 90 houve uma democratização da clientela escolar, a configuração do sistema educativo mudou radicalmente, passando de um ensino de elite, baseado na seleção por competência, para um ensino das massas, muito mais flexível e integrador, conforme Nóvoa (1995).

Na década de 90, as reformas educacionais norteavam para a questão da equidade social. Para Oliveira (2008), tal mudança de paradigma implicou em transformações substantivas na organização e na gestão da educação pública. Esse fato se tornou um imperativo dos sistemas

escolares. Nesta época, formar os indivíduos para a empregabilidade tornou-se o foco, pois a educação geral passou a ser um requisito indispensável ao emprego formal e regulamentado, ao mesmo tempo em que deveria desempenhar papel preponderante na condução de políticas sociais de cunho compensatório que visassem à contenção da pobreza.

A mudança do sistema educativo incorporou uma popularização do ensino. Tal mudança foi imposta através de políticas educacionais que não puderam ser efetivadas em sua plenitude devido à falta de recursos humanos, de recursos financeiros e de formação adequada aos docentes. Entretanto, são cada vez mais constantes as exigências políticas colocadas sobre o trabalho do professor, aumentando a pressão sobre esse trabalhador.

Na atualidade, as políticas educacionais têm visado à educação para todos, mas há de se destacar que muitas reformas oriundas dessas políticas interferiram diretamente sobre as condições de trabalho dos docentes. Na tentativa de garantir a equidade, observa-se uma disparidade entre as metas a serem alcançadas e as condições de trabalho.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As mudanças ocorridas na sociedade e o sistema capitalista influenciaram na estrutura estatal, nas reformas educacionais e, conseqüentemente, na constituição da identidade docente. A atividade docente se transformou de livre ofício para profissão regulada e controlada pelo Estado.

Para atender a grande massa da população que precisava ser escolarizada, houve a incorporação da categoria docente ao funcionalismo público. Tal aspecto possibilitou a conversão dos trabalhadores em servidores públicos e, assim, o benefício da estabilidade. Entretanto, de alguma forma, foi-lhes retirados a autonomia e autocontrole sobre o próprio ofício.

As reformas educacionais das últimas décadas exigem para sua efetivação nas escolas grande número de recursos humanos devidamente qualificados. Esse aspecto entra em disparidade com a forma que o Estado gerencia os recursos para a educação e para a qualificação dos profissionais. Esse conflito impõe à categoria docente uma pressão e um distanciamento entre as condições de trabalho e as exigências desse trabalho.

Os docentes sofrem os prejuízos desse conflito na proletarização da profissão que desvaloriza o seu status social, suas condições de trabalho e seu salário. A identidade docente atravessa um constante conflito entre a sua importância na manutenção e construção social e a sua desvalorização enquanto força de trabalho.

REFERÊNCIAS

- AKKARI, Abdeljalil. **Internalização das políticas educacionais**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- BATISTA, Anália; CODO, Wanderley. Crise de Identidade e Sofrimento. In: CODO, Wanderley. **Educação carinho e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 60-87.
- BRITO, Vera, L. F. A. **Professores: Identidade, profissionalização e formação**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.
- CODO, Wanderley. **Educação carinho e trabalho**. Petrópolis: Vozes, 1999.
- ENGUITA, Mariano, F. A ambiguidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. **Teoria & Educação**. Porto Alegre, n 4, p. 41-61, 1991.
- FONTANA, Roseli, C. A. **Como nos tornamos professores?** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- GARCIA, Maria, M., HYPOLITO, Álvaro, M., VIEIRA, Jarbas, S. As identidades docentes como fabricação da docência. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, vol. 31, nº 1, p. 45-56, 2005.
- HYPÓLITO, Álvaro, M. **Trabalho docente, classe social e relações de gênero**. Campinas: Papyrus, 1997.
- KREUTZ, L. Magistério: vocação ou profissão? **Educação em Revista**. Belo Horizonte, n. 3, p. 12- 16, jun. 1986.
- LEVENFUS, Rosane S. **Psicodinâmica da escolha profissional**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- MULLER, Maria, L. **As construtoras da Nação: professoras primarias na primeira república**. Niterói: UFRJ, 1998.

NÓVOA, Antonio. **Profissão professor**. Porto: editora Porto, 1995.

OLIVEIRA, Dalila, A. O trabalho docente na América Latina: identidade e profissionalização. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 2, n. 2/3, p. 29- 39, 2008.

PIMENTA, Selma, Garrido. Formação de professores: identidade e saberes da docência. **Saberes Pedagógicos e Atividade Docente**. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. Formação de professores - Saberes da docência e identidade do professor. **Revista da Faculdade de Educação**. São Paulo, v. 22, n. 2, p. 72- 89, 1996.

PUCCI, Bruno., OLIVEIRA, Newton, R., SGUISSARDI, Valdemar. O processo de proletarização dos trabalhadores em educação. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n 4, p. 91-107, 1991.

SCHEIBE, Leda. Formação de professores no Brasil. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 2, n. 2/3, p. 41-54, 2008.

SANTOS, Clara. A construção social do conceito de identidade profissional. **Interacções**, nº 8, p. 123-144, 2005. Disponível em < www.interacoes-ismt.com/> Acesso em 18 out. 2015.